

Desconstruindo três mitos persistentes sobre a língua portuguesa
Deconstructing three persistent myths about the Portuguese language

Luciano Amaral Oliveira¹

Universidade Federal da Bahia

Resumo: A língua portuguesa é cercada por mitos. Alguns têm consequências sérias, como, por exemplo, o mito segundo o qual a maioria das brasileiras e dos brasileiros não sabe português, o que afeta negativamente a sua autoestima linguística. Há outros que não possuem consequências sérias, como ocorre, por exemplo, com o mito segundo o qual a vírgula indica pausa. Diante da persistência dos mitos sobre a língua portuguesa, que insistem em circular na nossa sociedade, este artigo tem por objetivo contribuir para a desconstrução de três deles. A primeira seção é dedicada ao mito da inexistência da palavra *presidenta*. É demonstrado que essa palavra existe e é problematizada a questão sexista a ela subjacente. O mito do gerundismo é o tema da segunda seção. A pertinência sintática da construção IR + ESTAR + GERÚNDIO é explicada e sua natureza semântica, explicitada. A terceira seção trata do suposto machismo da língua portuguesa. É demonstrado que, embora a sociedade machista brasileira deixe marcas na língua portuguesa, é teoricamente inconcebível a atribuição de uma característica social ao sistema gramatical de uma língua, que, analogamente, não pode ser acusada de ser racista ou homofóbica.

Palavras-chave: mitos; *presidenta*; gerundismo; machismo na língua portuguesa.

Abstract: The Portuguese language is surrounded by myths. Some of them have serious consequences, like, for instance, the myth according to which the majority of the Brazilian women and men does not know Portuguese, which negatively affects their linguistic self-esteem. There are other myths that do not have serious consequences, such as the myth according to which the comma indicates a pause. Given the persistence of the myths about the Portuguese language, this article aims at contributing to the deconstruction of three of them. The first section is dedicated to the myth of the inexistence of the word *presidenta*, feminine form of the word *presidente*. It is shown that this word does exist and the sexist issue underlying it is problematized. The myth of the so called *gerundismo*, i.e. the syntactic structure IR + ESTAR + GERÚNDIO, is the topic of the second section. Its syntactic pertinence is explained and its semantic nature is made explicit. The third section tackles the alleged sexism of the Portuguese language. It is shown that, although the sexist Brazilian society prints its marks on the language, it is theoretically inconceivable to attribute a social trait to the grammatical system of a language, which, analogously, cannot be accused of being racist or homophobic.

Key-words: myths; the feminine of the word *presidente*; the syntactic structure IR + ESTAR + GERÚNDIO; sexism in the Portuguese language.

Submetido em 24 de abril de 2016

Aprovado em 24 de agosto de 2016

¹ Doutor em Letras e Linguística pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Seu e-mail é <lucianoamaral64@yahoo.com>

Considerações iniciais

Nesta contemporaneidade, as tecnologias da informação facilitam muito o acesso às provocações de teóricos e teóricas que se debruçaram e se debruçam sobre os fenômenos linguísticos. Ensaios, artigos, blogs e até livros inteiros estão à disposição de professoras e professores de português: bastam alguns cliques e essas provocações estarão na tela de seus computadores, notebooks, smartphones... São provocações que podem lhes ajudar a refletir mais criticamente sobre os fenômenos linguísticos e sobre os discursos que circulam em torno da língua portuguesa, objeto de seu trabalho.

Entretanto, apesar da facilidade de acesso a provocações teóricas, persistem concepções equivocadas acerca da língua portuguesa, disseminadas não apenas pela mídia corporativa e por gramáticos conservadores, mas também, infelizmente, por quem leciona português. Tal persistência se deve, principalmente, ao patrulhamento linguístico de porta-vozes do purismo como, por exemplo, Alexandre Garcia, Pasquale Cipro Neto e Domingos Cegalla, o qual possui um efeito multiplicador intenso por conta do acesso que essas pessoas têm ao discurso público.

Isso exige um discurso contra-hegemônico de professoras e professores de português, o que não costuma acontecer com frequência, contribuindo para se reforçarem ideias equivocadas. Evidência cabal disso surge dos estudantes recém-ingressos à universidade quando ouvem esta pergunta: “Vocês sabem português?”. A maioria das respostas invariavelmente traz à tona a ideia equivocada de que quase ninguém no Brasil sabe português, ideia generalizada e falsa a que chamo de mito: muitos dos estudantes questionados afirmam não saberem português, demonstrando que confundem “saber português” com “dominar a gramática normativa”, e, mais grave, que estão com sua autoestima linguística extremamente baixa. Há muitas outras ideias equivocadas sobre a língua em circulação na nossa sociedade, algumas com consequências mais sérias (como esse mito que acabo de mencionar) e outras com consequências menos sérias (como o mito de que a vírgula indica pausa).

Se há concepções equivocadas sobre a língua portuguesa circulando na sociedade, estamos diante de mitos. Mitos como essa ideia absurda de que muitos brasileiros não sabem português, a qual contribui para destruir a autoestima linguística dos estudantes e a qual já foi abordada profusamente por diversas autoras e diversos autores (e.g. ANTUNES, 2003; OLIVEIRA, 2010; BRITTO, 1997). Como este artigo trata de três mitos que circundam a língua portuguesa, é necessário que eu defina mito de imediato. Por isso, recorro ao *Grande dicionário Houaiss da língua portuguesa*, que

traz dez definições para a palavra *mito*, das quais, por conta dos propósitos deste texto, reproduzo duas. Segundo o sexto significado, mito é, figurativamente, uma “construção mental de algo idealizado, sem comprovação prática; ideia, estereótipo”. Segundo o oitavo significado, mito é um “valor social ou moral questionável, porém decisivo para o comportamento dos grupos humanos em determinada época” (HOUAISS; VILLAR, 2001, p. 1936). Fica claro que a ideia segundo a qual quase ninguém sabe português é um mito por ser uma construção mental sem comprovação prática. Na verdade, a comprovação prática demonstra o contrário do que esse mito perpetua.

Ora, convivemos com mitos longevos sobre a língua portuguesa; mitos que persistem, que insistem em se consolidar na mente de brasileiras e brasileiros. Mitos que podem inclusive reforçar preconceitos linguísticos que, antes de tudo, são preconceitos socialmente enraizados, que veiculam valores sociais questionáveis.

Diante da persistência de tais mitos, este artigo se propõe a discutir três deles. O primeiro é a suposta inexistência da palavra *presidenta*. O segundo é o chamado gerundismo. O terceiro é o machismo supostamente inerente à língua portuguesa.

1. Afinal, Dilma Rousseff é a presidenta ou a presidente do Brasil?

No primeiro dia de 2011, Dilma Rousseff assumiu a presidência do nosso país e, no seu discurso de posse, afirmou: “A partir deste momento, sou a presidenta de todos os brasileiros, sob a égide dos valores republicanos.” (ROUSSEFF, 2016, grifo meu). Algumas semanas depois, um *e-mail* começou a circular afirmando a inexistência da palavra *presidenta*. Em um *blog* da versão *online* do jornal *O Diário*, de Maringá, Diniz Neto, no dia 23 de maio de 2011, divulgou um texto que um amigo dele chamado Marcelo havia divulgado em seu *blog* (NETO, 2016). Era o tal *e-mail*, cuja autoria Marcelo atribuiu à professora Miriam Rita Moro Mine, da Universidade Federal do Paraná, o qual transcrevo *in extenso*:

A presidenta foi estudante?

A presidenta foi estudante? Existe a palavra: PRESIDENTA? Que tal colocarmos um “BASTA” no assunto?

No português existem os participios ativos como derivativos verbais. Por exemplo: o participio ativo do verbo atacar é atacante, de pedir é pedinte, o de cantar é cantante, o de existir é existente, o de mendicar é mendicante... Qual é o participio ativo do verbo ser? O participio ativo do verbo ser é ente. Aquele que é: o ente. Aquele que tem entidade.

Assim, quando queremos designar alguém com capacidade para exercer a ação que expressa um verbo, há que se adicionar à raiz verbal os sufixos ante, ente ou inte.

Portanto, à pessoa que preside é PRESIDENTE, e não “presidenta”, independentemente do sexo que tenha. Se diz capela ardente, e não capela “ardenta”; se diz estudante, e não “estudanta”; se diz adolescente, e não “adolescenta”; se diz paciente, e não “pacienta”.

Um bom exemplo do erro grosseiro seria:

“A presidenta se comporta como uma adolescente pouco paciente que imagina ter virado elegante. Esperamos vê-la algum dia sorridenta numa capela ardenta, pois esta dirigente política, dentre tantas outras suas atitudes barbarizentas, não tem o direito de violentar o pobre português, só para ficar contenta”.

Cabe registrar que a professora Miriam Rita Moro Mine negou veemente que o *e-mail* fosse de sua autoria e repudiou essa falsa atribuição². O fato de se apropriarem do nome de uma professora universitária é a tentativa de lançar mão do argumento de autoridade para dar credibilidade ao teor do texto: se uma professora de Letras de uma universidade pública federal respeitada diz aquilo, então aquilo é verdade. Obviamente, as pessoas que estavam fazendo circular o *e-mail* falso não fizeram circular o repúdio da professora: apenas silenciaram.

É interessante notar que quem escreveu o texto tentou investi-lo de alguma seriedade teórica usando os termos *particípio ativo* e *derivativos verbais*, ao mesmo tempo em que tentou intimidar leitoras e leitores fazendo menção à imagem de barbárie e, nas entrelinhas, acusando de violência contra a língua portuguesa as pessoas que afirmam a existência da palavra *presidenta*.

Toda essa verborreia falaciosa não se sustenta diante de dois fatos. O primeiro, de natureza gramatical, é explicitado pelo autor de uma das gramáticas normativas mais consultadas no Brasil, Evanildo Bechara (2009, p. 135): nos processos de formação do feminino, há substantivos que ficam invariáveis (*e.g. amante, cliente, servente*); há os que variam por meio do acréscimo de *-a* depois da supressão da vogal temática (*e.g. alfaiata, parenta, monja*); e há os que podem variar ou não. É nesse último grupo que encontramos os seguintes exemplos fornecidos por Bechara: *infante – infanta; governante – governanta; presidente – presidenta*. O segundo fato, de natureza lexicográfica, é a inclusão da palavra *presidenta* em dicionários. Cito dois deles. Publicado em 2001, bem antes, portanto, de Dilma Rousseff vencer as eleições, o *Grande dicionário Houaiss da língua portuguesa* traz estas definições:

presidenta *s.f.* **1** mulher que se elege para a presidência de um país <a p. da Nicarágua> **2** mulher que exerce o cargo de presidente de uma instituição <a p. da

² Cf. a negação da professora em <<http://lutadaverdade.blogspot.com.br/2011/09/miriam-rita-moro-mine-resposta-dela.html>>.

Academia de Letras > 3 mulher que preside (algo) <a p. da sessão do congresso> 4 p. us. esposa do presidente (HOUAISS; VILLAR, 2001, p. 2292).

O outro, o *Dicionário escolar da língua portuguesa*, cuja sexta edição que cito foi publicada em 1969, quando Dilma já estava às voltas com a perseguição da ditadura civil-militar, traz a seguinte definição, considerada, naquela época, neologismo pelo seu autor, Francisco da Silveira Bueno (1969, p. 1004): “s.f. (neol.) Mulher que preside; a esposa do presidente” (sic).

Em suma, de maneira inequívoca, fica demonstrado que a forma lexical *presidenta* existe, sim, contrariamente ao que algumas ou muitas pessoas dizem e escrevem por aí.

Então, o que faz com que o mito da inexistência dessa palavra persista? Há quatro razões para isso. A primeira é a força da Internet. Nesse caso, o *e-mail* foi encaminhado de uma pessoa para várias outras e dessas para muitas outras. A segunda é a desonestidade intelectual das pessoas empenhadas em fazer o *e-mail* circular: mesmo tomando consciência de que a tal inexistência da palavra *presidenta* é um mito, muitas pessoas preferem não compartilhar a informação correta para que o mito se mantenha. E isso ocorre pela terceira razão: o sexismo, o preconceito contra a mulher. Intuitivamente, é possível afirmar que, até hoje, há brasileiros e, lamentavelmente, brasileiras não aceitam o fato de uma mulher estar ocupando o cargo máximo do nosso país. Dilma é uma mulher consciente do espaço que as mulheres ocupam na sociedade brasileira e do espaço que lhes é negado. Daí ela não titubear em fazer sua escolha lexical: *presidenta*. A última razão é a aparente falta de curiosidade das pessoas que reproduzem esse mito. Afinal, se tivessem um mínimo de curiosidade e inquietação intelectual, consultariam gramáticas normativas e dicionários para verificarem se elas autorizam ou não essa forma lexical.

Mais importante ainda é a reflexão não feita sobre a questão de gênero, mais explícita do que subjacente, nessa escolha lexical que nos força a uma especulação importante: e se a palavra *presidenta* não constasse em uma gramática normativa nem em dicionários, se ela realmente não existisse antes da posse de Dilma? Ora, o que estaria configurada aí seria a criação de uma palavra, um neologismo motivado ideologicamente pela luta de uma mulher, Dilma, para contribuir para marcar o espaço das mulheres na sociedade brasileira. Mas essa reflexão passou longe das mentes sexistas que teimosamente insistem em afirmar que uma palavra, que consta até em

documentos oficiais do Governo, não existe: essas mentes a veem e a ouvem, mas afirmam que ela não existe.

O mito da inexistência da palavra *presidenta* precisa ser desconstruído porque está diretamente relacionado à luta das mulheres brasileiras que desejam enfraquecer a influência negativa da ideologia patriarcal, que lhes nega espaço, visibilidade social e direitos civis. E acredito que o exposto aqui é útil para contribuir para essa desconstrução.

A seguir, trato de outro mito que tem circulado pela sociedade brasileira com insistência: a suposta agramaticalidade da construção IR + ESTAR + GERÚNDIO.

2. Vou estar desconstruindo outro mito: o gerundismo

Assim que acabei de digitar o título acima, o corretor automático do Word sublinhou de verde o trecho “Vou estar desconstruindo”. Selecionei o texto, acionei a revisão do Word e recebi a sugestão de substituí-lo por “Vou desconstruir”. Cabe, portanto, uma pergunta: a construção sintática IR + ESTAR + GERÚNDIO não existe no sistema gramatical da língua portuguesa?

Já perdura, há alguns anos, uma espécie de ódio contra o gerundismo. E como todo ódio, esse também é irracional. Afinal, com base em que pessoas afirmam que essa construção sintática está tão errada a ponto de provocar tanto ódio? Bem, é importante colocar as cartas na mesa de imediato: ela não está errada. É uma construção sintática que faz parte do sistema gramatical da língua portuguesa. Portanto, deve-se registrar que essa construção sintática é licenciada, sim, pelas regras gramaticais da língua portuguesa.

Sírio Possenti (2016) explica a pertinência sintática dessa construção (ele usa o asterisco para indicar agramaticalidade):

Considere-se primeiro a sintaxe da construção. A ordem dos verbos auxiliares é perfeitamente canônica. Sabe-se que eles vêm sempre antes do principal (como em *vou sair*). Se houver mais de um auxiliar na mesma construção, haverá ordens permitidas e outras proibidas (*tenho estado viajando*, mas não **estive tendo viajado*; *vou estar saindo*, mas não **estarei indo sair*).

Além disso, cada auxiliar pede que o verbo seguinte tenha uma forma específica, ou melhor, não aceita qualquer forma do verbo seguinte. Assim, o verbo *ir* pede um infinitivo: *vou sair*, mas não **vou saído*. O verbo *estar* pede gerúndio (ou particípio): *estar dormindo*, *estar vestindo*, mas não **estar dormir*, **estar vestir*.

As considerações de Possenti mostram que a construção IR + ESTAR + GERÚNDIO é uma estrutura regular e que ela está de acordo com as exigências sintáticas da língua portuguesa.

No que diz respeito à natureza semântica dessa estrutura sintática, Possenti lembra que o aspecto durativo em, por exemplo, *Vamos estar enviando*, possui um sentido diferente do aspecto zero em, por exemplo, *Vamos enviar*. Se um funcionário de telemarketing diz ao cliente “Vamos estar enviando o produto”, isso implica uma não instantaneidade e um não comprometimento como aquele expresso em “Vamos enviar o produto” ou em “Enviaremos o produto”.

É interessante notar que, em meio à guerra declarada ao gerundismo pela mídia de massa, que convenceu muitas pessoas da inexistência daquela construção sintática no sistema gramatical do português, há quem perceba a questão semântica a ela relacionada. Por exemplo, Ana Elisa Ferreira, diretora de uma empresa que presta consultoria a empresas, escreveu um texto curto com o seguinte título: *A “praga” do gerúndio no atendimento*. Observe-se a escolha lexical que ela faz: *praga*. Essa metáfora passa a ideia de algo negativo e descontroladamente disseminado, reforçada pelo prescritivismo invocado pela escolha lexical *vícios de linguagem* no período de abertura do seu texto: “Cada vez mais comum nos callcenters, vício de linguagem gera insegurança nos clientes”. Curiosamente, a consultora não percebe, ou não quer perceber, que não é o tal vício de linguagem que gera insegurança nos clientes: a fonte geradora dessa insegurança reside nas políticas das empresas, que não respeitam prazos e/ou não são exigentes com a qualidade dos serviços que oferecem. Vejamos o que a consultora escreve a respeito da construção IR + ESTAR + GERÚNDIO:

Com o telemarketing o "gerundismo" instituiu-se como sendo um padrão mais educado de passar as informações para o cliente. Os operadores sentem que transmitem uma linguagem mais formal e mais culta. Errado! O uso do tempo verbal no gerúndio em excesso não transmite objetividade, nem tão pouco prontidão no atendimento. Passa, sim, a sensação sempre de uma ação futura distante, gerando a insegurança no cliente sobre quando será feito. Certa vez ouvi na empresa "Eu vou estar tentando estar pesquisando" O cliente pensará imediatamente: "Quando? Vai realmente fazer?". (FERREIRA, 2016).

Não vou comentar ainda esta afirmação sem sentido do ponto de vista teórico: “o uso do tempo verbal no gerúndio em excesso”. Apenas ressalto a consciência que Ferreira tem da implicação semântica da construção sintática em questão, o que evidencia que as empresas sabem muito bem a razão pela qual usam tal estrutura.

Há quem condene o tal gerundismo invocando a submissão colonial da língua portuguesa à língua inglesa pelo fato de, nessa língua, existir a construção WILL + BE + GERUND, o chamado *future progressive tense*. Entretanto, essa construção ocorre muito pouco frequentemente em inglês, conforme esclareceu Diane Larsen-Freeman (2016), por *e-mail*, ao meu questionamento acerca da frequência de uso desse tempo verbal: “I would say that the future progressive and future perfect progressive are certainly not used as often as the other tenses.”³ Além disso, como esclarece John Schmitz (2005):

Para tentar banir o gerúndio do idioma, alguns observadores questionam as credenciais do mesmo e sugerem que ir + estar + verbo no gerúndio é resultado da invasão sintática do inglês. Essa crença não procede, em primeiro lugar, porque os falantes em questão nem sempre dominam o inglês o suficiente para o idioma estrangeiro interferir no português. Em segundo lugar, o português brasileiro apresenta uma variedade de gerúndios – o inglês não.

A consultora Ana Elisa Ferreira (2016) é uma das pessoas que caíram nessa armadilha da ideia de submissão colonial e escreve:

Os scripts de telemarketing chegaram às empresas brasileiras adaptados dos já existentes nos Estados Unidos. No inglês, o tempo verbal no gerúndio é utilizado com mais frequência que no português. Na adaptação para o Brasil houve uma tradução literal, sem mudança do tempo verbal. E o gerúndio, na forma e frequência que é utilizado no telemarketing, não é adequado para o português brasileiro. Aqui, esse tempo verbal é utilizado quando queremos falar sobre uma ação contínua futura que ocorre concomitante a outra. Por exemplo: "Minha família irá para o Rio de Janeiro na sexta à noite. Eu estarei indo para o litoral de SP".

Observe-se que ela demonstra pouca familiaridade com conceitos gramaticais ao afirmar que “o tempo verbal no gerúndio é utilizado com mais frequência do que no português”. É uma afirmação não faz sentido do ponto de vista teórico porque um tempo verbal simplesmente não fica no gerúndio, que é considerado um aspecto verbal pelas gramáticas inglesas, o chamado *progressive aspect*, e não um tempo verbal (CELCE-MURCIA; LARSEN-FREEMAN, 1999; LEWIS, 1986). Em outras palavras, Ferreira não é a pessoa mais indicada para escrever sobre essa estrutura.

Essa desqualificação que faço de Ferreira tem uma razão de ser: escrevendo a partir da posição de consultora empresarial e publicando um texto que veicula informações teóricas incorretas, ela contribui para o reforço de um mito. O problema é

³ Tradução: Eu diria que o futuro progressivo e o futuro perfeito progressivo certamente não são usados tão frequentemente quanto os outros tempos verbais.

que, assim como ela, há muitas outras pessoas que, embora se considerem capacitadas para falar e escrever sobre a estrutura sintática da língua portuguesa, elas não o são, mas, mesmo assim, falam, escrevem e publicam seus textos disseminando o mito em torno dessa estrutura. E não estou me referindo apenas a pessoas de fora da área de letras ou de educação, mas também a pessoas que escrevem sobre educação, como, por exemplo, a pessoa que escreveu o texto intitulado *Gerundismo: evite esse vício de linguagem*, disponibilizado no *site* do UOL. Nesse texto, há considerações rasas sobre o tema já indicadas pelo uso, no título, da expressão *vício de linguagem*, característica de um comportamento prescritivo, como este trecho evidencia: “Já com o gerundismo é outra história. Nesse caso, trata-se do uso inadequado do gerúndio. Um vício de linguagem que se alastrou de modo tão corriqueiro e insistente que até já virou piada” (grifos meus)⁴. Notam-se aí a não apenas a natureza prescritiva do texto, mas também a falta de conhecimento teórico sobre esse assunto por parte de quem o escreveu.

As ponderações de Possenti e de Schmitz são claramente suficientes para desconstruir o mito em torno do gerundismo. E elas estão bem acessíveis a todos na Internet. Então, por que esse mito persiste? Em primeiro lugar, por causa da mídia de massa, que encheu (e continua enchendo) a cabeça das pessoas com críticas ao que chamam de gerundismo, alegando ser a construção IR + ESTAR + GERÚNDIO incorreta. Em segundo lugar, há uma questão estética curiosa: algumas ou muitas pessoas simplesmente não gostam do gerundismo. Até aí, tudo bem: as pessoas têm o direito de gostar ou não de alguma coisa, seja essa coisa uma construção sintática ou uma palavra ou uma expressão idiomática. O problema surge quando esse não gostar se transforma na ideia de que o objeto do desgosto é algo errado ou até inexistente (mesmo que esse objeto seja lido ou ouvido frequentemente).

As professoras e os professores de português têm a obrigação de não se deixarem influenciar pelos seus gostos ou desgostos: devem dizer a suas alunas e a seus alunos que a construção IR + ESTAR + GERÚNDIO é sintaticamente correta e que é odiada por algumas ou muitas pessoas devido à elevada frequência com que era usada por atendentes de empresas de telemarketing. Isso se aplica a todos os fenômenos da língua portuguesa. Por exemplo, eu não gosto do uso de “o mesmo”, “a mesma”, “os mesmos” e “as mesmas” como pronomes. Considero esse uso muito feio, estilisticamente pobre, mas é admissível pelas gramáticas normativas e, por isso, devo

⁴ Esse texto está disponível em: <<http://educacao.uol.com.br/disciplinas/portugues/gerundismo-evite-esse-vicio-de-linguagem.htm>>.

informar a minhas alunas e a meus alunos sobre essa admissibilidade. Minha opinião acerca dessas palavras é apenas minha opinião.

Nossos valores não devem ser mais importantes que os fatos linguísticos se quisermos ser intelectualmente honestos. E isso está diretamente relacionado aos mitos que circulam por aí, como a ideia de que a língua portuguesa é machista. Por exemplo, por mais raiva que eu tenha das marcas sexistas na língua portuguesa, preciso mostrar que essa língua não é machista. É o que faço na próxima seção.

3. O sexismo na língua portuguesa, não da língua portuguesa

Há uma empresa *online* que produz impressos e oferece projetos para casamentos, a Carrenho Design. No seu *site*, pode-se acessar uma página⁵ em que a empresa informa aos clientes sobre como endereçar os convites. A empresa recomenda os seguintes formatos para o endereçamento do convite para casais:

- (1) “Sr. e Sra. Antônio Carrenho de Oliveira”, se o casal morar junto e não tiver filhos;
- (2) “Sr. e Sra. Antônio Carrenho de Oliveira e (nome dos filhos)”, se o casal morar junto e tiver filhos que morem na mesma casa;
- (3) “Sr. Antônio Carrenho Oliveira e família”, se o casal morar junto com os filhos e com outros familiares;
- (4) “Sr. Antônio Carrenho Oliveira e Sra. Vitória Soares Carvalho”, se o casal morar junto, mas não seja formalmente casado, ou se o homem e a mulher não usarem o mesmo sobrenome.

Embora a empresa avise que “estas são apenas algumas dicas” e diga aos clientes para se sentirem livres “para aplicá-las ou não em seus convites”, essas recomendações ou dicas mostram uma realidade curiosa: a mulher casada é um ser humano socialmente anulado, parafraseando Eliane Vasconcelos Leitão (1981), a partir do seu livro *A mulher na língua do povo*. A mulher simplesmente não aparece sequer no endereçamento do convite. Todavia, é interessante notar que, se a mulher não for casada ou se for casada e não tiver adotado o sobrenome do marido, o nome dela deve constar no endereçamento do convite de casamento. Parece haver aí uma evidência forte de machismo da língua portuguesa.

E o que dizer da concordância pronominal com concorrência de gêneros, ou seja, da concordância pronominal quando estão envolvidos substantivos femininos e masculinos? Por exemplo, se alguém profere um enunciado como “Os jogadores de basquete e as jogadoras de vôlei já estão no ginásio” e outra pessoa pergunta “Eles já

⁵ Cf. a página em <<http://www.carrenhodesign.com.br/enderecar.htm>>.

colocaram o uniforme?”, como esse alguém não enxergará aí outra evidência do machismo da língua portuguesa? Afinal, usa-se o pronome eles para se referir a “os jogadores” e a “as jogadoras” conjuntamente. Mais uma vez, as mulheres ficam invisíveis.

Não por acaso, quando pergunto a minhas alunas e a meus alunos se a língua portuguesa é machista, há quase uma unanimidade nas respostas: ela é machista. É difícil sucumbirmos à tentação de conceber a língua portuguesa como machista diante de tantas evidências. Contudo, é necessário que se resista a essa tentação. Afinal, o machismo é uma característica de uma sociedade patriarcal, assim como o racismo é uma característica de uma sociedade racista e a homofobia é uma característica de uma sociedade homofóbica. Ressalte-se isto: o sexismo, a homofobia e o racismo não são características de uma língua.

Em sua edição do dia 7 de maio de 2006, o jornal *A Tarde*, de Salvador, traz uma matéria intitulada “Francesas lutam contra o sexismo no idioma” (OLIVEIRA, 2010, p. 218). Observe-se a preposição usada aí: *em*, não *de*. A língua francesa, assim como a língua portuguesa, é usada por uma sociedade machista. Por essa razão, marcas desse machismo vão parar na língua portuguesa.

Analisando-se cuidadosamente os exemplos que apresento anteriormente de supostas evidências do machismo da língua portuguesa, percebe-se que a língua portuguesa não é machista. Afinal, ela não obriga ninguém a omitir o nome da mulher no endereçamento dos convites e nem obriga ninguém a se referir a ela como “Sra. Fulano de Tal”. Isso é uma escolha de quem prepara os envelopes dos convites. Isso é uma sugestão da empresa de consultoria mencionada. Pode-se facilmente não apenas colocar o nome da mulher no endereçamento do convite, mas também posicioná-lo antes do nome do homem. Se isso não é feito, não é por causa do sistema linguístico do português. Além disso, a língua não obriga ninguém a usar a forma masculina na concordância pronominal com concorrência de gêneros. No caso do exemplo apresentado anteriormente envolvendo os jogadores de basquete e as jogadoras de vôlei, é possível elaborar o enunciado com dois pronomes: “Elas e eles já colocaram o uniforme?”. Ou seja, a língua não nos obriga a usar apenas o masculino em casos como esse.

Analogamente, a língua portuguesa não pode ser acusada de homofobia porque indivíduos preconceituosos usam palavras como *sapatão*, *bicha* e *veado* para se referirem a pessoas homossexuais. Ela também não pode ser acusada de racismo se

alguém usa palavras e expressões como *crioula*, *cabelo de bombril*, *negrinha* e *macaco* para se referir a pessoas negras: a acusação deve recair sobre esse alguém. Imagine-se a situação em que alguém é acusado de injúria racial e, em sua defesa, alega que a língua é que é racista: será que esse argumento seria aceito em algum tribunal brasileiro e essa pessoa seria absolvida da acusação? Em suma, a língua portuguesa não é sexista, nem racista, nem homofóbica: as pessoas que a usam é que podem ter comportamentos linguísticos sexistas, racistas e homofóbicos.

Por isso, as pessoas precisam ser alertadas acerca das escolhas lexicais e sintáticas que fazem, as quais são motivadas por elementos sociais. Tais elementos vão desde preconceitos variados à comodidade do lugar de discurso que se ocupa. Por exemplo, sou homem e fico à vontade para escrever “os professores” e “os alunos” para me referir aos gêneros masculino e feminino. Mas, para manter consistência com este tema, optei por usar as duas formas ao longo do texto.

Creio que o exposto nesta seção é suficiente para desconstruir o mito em torno do suposto machismo da língua portuguesa.

Considerações finais

Do exposto até aqui, fica claro que as ideias segundo as quais a palavra *presidenta* não existe, a construção IR + ESTAR + GERÚNDIO está errada e a língua portuguesa é machista são falsas. São mitos que precisam ser desconstruídos por duas razões. A primeira é a necessidade de se ser intelectualmente honesto, e isso se aplica aos três mitos. Afinal, quem leciona português não pode deixar de mostrar às suas alunas e aos seus alunos os fatos da língua, mesmo que não goste desses fatos. A segunda razão, que se aplica especificamente aos mitos em torno da palavra *presidenta* e do suposto sexismo da língua portuguesa, é estabelecer uma confrontação a discursos que reforçam, reproduzem o preconceito contra as mulheres.

A sociedade brasileira é marcada por questões históricas, como, por exemplo, a escravidão negra, o genocídio indígena, o silenciamento literário das mulheres⁶ e a dominação patriarcal cristã, que ultrapassa a esfera religiosa e adentra a casa de civis laicos, causando sofrimento a mulheres e a homossexuais. Essas questões provocaram o surgimento de preconceitos de vários tipos, o que faz com existam brasileiras e brasileiros que adotam valores preconceituosos e, assim, deixam marcas dos seus

⁶ Cf. Luciana Santos de Oliveira e Luciano Amaral Oliveira (2010) a esse respeito.

preconceitos na língua portuguesa, levando outras brasileiras e outros brasileiros a acreditarem que tais marcas são características inerentes à própria língua. São crenças que se transformam em mitos que se perpetuam geração após geração.

Portanto, as professoras e os professores de português têm a obrigação de conduzir suas alunas e seus alunos em um processo de desconstrução dos mitos em torno da língua portuguesa. Só assim, se torna possível a tomada de consciência acerca da verdadeira origem dos preconceitos.

À língua portuguesa devem-se atribuir características linguísticas, não características humanas. Ela não é machista, mas é uma língua SVO, o que obriga qualquer pessoa usuária dessa língua a seguir determinadas ordens de colocação das palavras. Ela não é racista, mas é uma língua analítica, o que torna difícil para brasileiras e brasileiros na fase adulta aprenderem línguas sintéticas ou aglutinantes. Ela não tem preconceito contra as pessoas homossexuais, mas oferece a possibilidade de se omitir o sujeito por ser uma língua *pro-drop*, diferentemente do inglês ou do alemão, que tornam a obrigatoriedade da inclusão do sujeito estranha para aprendizes brasileiras e brasileiros. Ela não é indigenofóbica, mas é uma língua de acento de intensidade, o que torna os tons graves e agudos semanticamente esvaziados, diferentemente do que ocorre com o chinês, por exemplo.

Se os mitos abordados aqui e outros mitos sobre a língua portuguesa ainda persistem, os discursos que os desconstroem precisam ser repetidos insistentemente, renitentemente.

Referências

ANTUNES, I. *Aula de português: encontros e interação*. São Paulo: Parábola, 2003.

BECHARA, E. *Moderna gramática portuguesa*. 37. ed. rev. ampl. atual. Rio de Janeiro: Record, 2009.

BRITTO, L. P. L. *A sombra do caos: ensino de língua X tradição gramatical*. Campinas: Mercado de Letras; Associação de Leitura do Brasil, 1997.

BUENO, F. S. *Dicionário escolar da língua portuguesa*. 6. ed. São Paulo: FENAME, 1969.

CELCE-MURCIA, M.; LARSEN-FREEMAN, D. *The grammar book*. 2. ed. Estados Unidos: Heinle & Heinle, 1999.

FERREIRA, A. E. *A “praga” do gerúndio no atendimento*. Disponível em: <<http://www.callcenter.inf.br/artigos/26940/a-praga-do-gerundio-no-atendimento/imprimir.aspx>>. Acesso em: 20 mar. 2016.

HOUAISS, A; VILLAR, M. S. *Grande dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

LARSEN-FREEMAN, D. *Future progressive tense* [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <lucianoamaral64@yahoo.com> em 21 mar. 2016.

LEITÃO, E. V. *A mulher na língua do povo*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1981.

LEWIS, M. *The English verb: an exploration of structure and meaning*. Londres: Language Teaching Publications, 1986.

NETO, D. *A presidenta foi estudante?* Disponível em: <<http://blogs.odiarario.com/dinizneto/2011/05/23/a-presidenta-foi-estudanta/>>. Acesso em: 20 mar. 2016.

OLIVEIRA, L. S.; OLIVEIRA, L. A. O silenciamento literário das mulheres brasileiras. *Interdisciplinar*, a. 5, v. 10, p. 145-156, jan-jun. 2010. Disponível em: <<http://www.seer.ufs.br/index.php/interdisciplinar/article/view/1262/1098>>. Acesso em: 24 mar. 2016.

OLIVEIRA, L. A. *Coisas que todo professor de português precisa saber: a teoria na prática*. São Paulo: Parábola, 2010.

POSSENTI, S. *Vamos estar considerando sobre o gerundismo*. Disponível em: <http://www.letras.ufscar.br/linguasagem/edicao04/04_006.php>. Acesso em: 20 mar. 2016.

ROUSSEFF, D. *Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante Compromisso Constitucional perante o Congresso Nacional*. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-compromisso-constitucional-perante-o-congresso-nacional>>. Acesso em: 21 mar. 2016.

SCHMITZ, J. Vou estar defendendo o gerúndio. *Super Interessante*, ed. 211, mar. 2005. Disponível em: <<http://super.abril.com.br/comportamento/vou-estar-defendendo-o-uso-do-gerundio>>. Acesso em: 20 mar. 2016.